

TERMO DE REFERÊNCIA

CAMINHONETES

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Caminhonetes ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO em 18 Unidades de Conservação - UC distribuídas nos estados do RJ, AP, SP, RO, GO, MG, PI, RN, CE, MA, PR, PE e ES, com recursos do FCA - Fundo de Compensação Ambiental.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL é a instituição financeira selecionada pelo ICMBio, para criar e administrar o FCA, integralizado com recursos da compensação ambiental, destinados às UC instituídas pela União, assim como, promover a execução destes recursos.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL presta os serviços de assessoramento técnico à execução dos recursos integralizados no FCA, por meio da realização de procedimentos seleção/licitação de empresas para execução, fiscalização e fornecimento de bens, serviços e obras, em atendimento ao Planejamento Anual de Execução (PAE) do ICMBio.

Tais contratações visam prover as UC beneficiárias de instrumentos necessários à condução de suas atividades.

Neste documento, o termo CONTRATANTE define a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que contratará a empresa fornecedora dos bens objeto da licitação, e o termo CONTRATADA define a licitante vencedora da licitação, a quem será adjudicado o objeto da licitação.

Cabe ao ICMBio todos os procedimentos de caráter técnico inerentes ao contrato e a aceitação dos bens fornecidos pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1 CAMINHONETE

- Zero km;
- Cor branca;
- Fabricação nacional ou estrangeira;
- Modelo, no mínimo, do ano corrente;
- Cabine dupla;
- 04 portas laterais;
- Movida à diesel;
- Motor de 2,3L, no mínimo;

- Motorização: mínimo de 160 CV;
- Injeção eletrônica;
- Transmissão manual ou automática de no mínimo 6 marchas a frente e 1 de ré;
- Tração 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida;
- Sistema de frenagem a disco ventilado nas rodas dianteiras e a disco ou tambor nas traseiras, com ABS e EBD;
- Airbag duplo, no mínimo;
- Altura livre do solo de no mínimo 220 mm;
- Caçamba com protetor e capacidade de carga mínima de 1.000 kg;
- Capota marítima;
- Vidros elétricos nas quatro portas;
- Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo;
- Estribos laterais;
- Protetor de cárter;
- Tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC), nos locais destinados aos ocupantes para apoiarem os pés;
- Engate para reboque com capacidade de carga mínima de 1.500 kg, com sistema elétrico padrão para engate;
- Guincho Elétrico com capacidade para no mínimo 3 toneladas;
- Santo Antônio;
- Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, em conformidade com o PROCONVE;
- Devidamente licenciada e emplacada em nome do ICMBio.

3. LOCAIS DE ENTREGA

Os locais das 18 Unidades de Conservação citadas no item 1. Objeto deste Termo de referência estão listados na Tabela 1 abaixo.

Os bens deverão ser entregues conforme detalhamento acima. A entrega deverá ocorrer, em regra, em dias úteis, no horário das 08:00h às 16:00h.

Todas as caminhonetes deverão ser entregues de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

Os endereços e quantidades a serem entregues estão descritas a seguir:

Tabela 1- Endereços das Unidades de Conservação (UC)

Unidade de Conservação	Endereço
ESEC Guanabara	Rod. BR 493 - km 12,8 - Bairro Vale das Pedrinhas - Guapimirim/RJ – CEP: 25.940-000
ESEC Maracá Jipioca	Rua Leopoldo Machado, 1126 – Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-067
ESEC Tupiniquins	Rua Dom Sebastião Leme, 135, Vila Ivoty, Itanhaém/SP, CEP: 11.740-000
FLONA do Jamari	Rodovia Estadual RO 452 Km 7,5, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76.861-000
PARNA Chapada dos Veadeiros	Rodovia GO 239, Km 36 - Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás/GO, CEP: 73.770-000
PARNA da Serra da Canastra	Av. Pres. Tancredo Neves, 498 - Centro, São Roque de Minas/MG, CEP: 37.928-000
PARNA da Serra das Confusões	Rua João Dias, 398, Centro - Caracol/PI - CEP: 64.795-000
PARNA da Serra do Gandarela	Rua Afonso Pena, Nº 385, Centro, Rio Acima/MG. CEP: 34.300-000
PARNA de Furna Feia	Avenida Dr. Almir de Almeida Castro, nº 400 – Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-010
PARNA de Itatiaia	Estrada do Parque Nacional, BR 485, Km 8,5, Itatiaia/RJ, CEP: 27.580-000
PARNA Jericocoara	Rua Oceano Atlântico s/n - Jijoca de Jericoacoara/CE, CEP: 62.598-973
PARNA Lençóis Maranhenses	Rua Principal, s/nº, Povoado Cantinho, Barreirinhas/MA, CEP: 65.590-000
PARNA Superagui	Comunidade da Barra do Superagui, Ilha do Superagui, Guaraqueçaba/PR, CEP: 83.260-000
PARNA Marinho de Fernando de Noronha	Rua Eurico C. de Albuquerque, 174, Boldró, Fernando de Noronha/PE, CEP: 53.990-000
REBio Bom Jesus	Comunidade da Barra do Superagui, Ilha do Superagui, Guaraqueçaba/PR, CEP: 83.260-000
REBio Comboios	Rodovia ES-440, Km 47 – Distrito de Regência – Linhares/ES, CEP: 29.900-970
REBio União	Rodovia BR101 km185, Rio das Ostras/RJ, CEP: 28.892-245
REVIS Santa Cruz	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451, sala 1601, Ed. Petro Tower - Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-335
ESEC - Estação Ecológica PARNA - Parque Nacional FLONA - Floresta Nacional	REBio - Reserva Biológica REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

Tabela 2 - Quantidade a ser entregue por local

Unidade de Conservação	Quantidade
ESEC Guanabara	03 unidades
ESEC Maracá Jipioca	01 unidade
ESEC Tupiniquins	01 unidade
FLONA do Jamari	01 unidade
PARNA Chapada dos Veadeiros	07 unidades
PARNA da Serra da Canastra	03 unidades
PARNA da Serra das Confusões	01 unidade
PARNA da Serra do Gandarela	01 unidade
PARNA de Fuma Feia	01 unidade
PARNA de Itatiaia	01 unidade
PARNA Jericocoara	01 unidade
PARNA Lençóis Maranhenses	01 unidade
PARNA Superagui	02 unidades
PARNA Marinho de Fernando de Noronha	03 unidades
REBio Bom Jesus	02 unidades
REBio Comboios	02 unidades
REBio União	03 unidades
REVIS Santa Cruz	01 unidade

4. PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ser efetuada em até 90 (noventa) dias corridos, após a data de emissão do Instrumento Contratual.

Se for verificado pelo ICMBio ou que o bem esteja avariado e/ou com defeito, a CONTRATADA deverá, após a comunicação pela CONTRATANTE, substituí-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos.

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

5. GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

Prestará garantia de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega de cada caminhonete na Unidade de Conservação, prestando serviços de assistência técnica, conforme as regras e condições estabelecidas no contrato, compreendendo a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem quaisquer ônus adicionais para CONTRATANTE, obrigando-se a manter os equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam.

Durante o período de garantia, o serviço de manutenção e assistência técnica, além daqueles previstos no Código de Defesa do Consumidor, será regido conforme as regras e condições estipuladas no contrato, no mínimo 12 (doze) meses contados da entrega do bem, compreendendo qualquer defeito de fabricação. Providenciará a substituição por sua conta e

sem ônus à CONTRATANTE a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia proposto, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

6. PREÇOS DE REFERÊNCIA

Os participantes deverão considerar em seus preços todos os custos para fornecimento do produto até o local da entrega.

Os participantes deverão considerar em seus preços todos os custos para fornecimento do produto até o local da entrega, inclusive: impostos, BDI, taxas, frete, todos os custos diretos e indiretos embutidos.

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QTD	UNIDADE	PREÇO	
			UNITÁRIO	TOTAL
Caminhonete	35	Un.	R\$ 307.165,67	R\$ 10.750.798,45
TOTAL				R\$ 10.750.798,45

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A aplicação de multas se dará pelo descumprimento do prazo de entrega, pelo não atendimento de manutenções ou troca dos bens em garantia bem como por qualquer outro descumprimento contratual.

O não fornecimento/entrega do material solicitado na quantidade, data e locais previamente estipulados através da formalização contratual, implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do material.

As multas serão descontadas do valor da fatura, ou cobradas diretamente da CONTRATADA, ou judicialmente, garantido o contraditório e a ampla defesa, estando limitadas a 10% (dez por cento) da Ordem de Fornecimento em atraso.

8. FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mediante crédito em conta corrente mantida por esta, preferencialmente em agência da CAIXA, até 60 (sessenta dias) da entrega do(s) bem(s), por meio de ateste do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por ofício enviado ao CONTRATANTE.

9. NOTA FISCAL / FATURA

- a) A CONTRATADA deverá entregar (ou justificar a impossibilidade da entrega) uma via da Nota Fiscal na Unidade de Conservação beneficiária do objeto e outra via à CONTRATANTE, através do endereço eletrônico gigovbh10@caixa.gov.br com cópia à getre01@caixa.gov.br, podendo estes endereços eletrônicos serem alterados desde que previamente informado pela CONTRATANTE.
- b) Além das informações exigidas na legislação aplicável, a nota fiscal/fatura deve conter ainda:
- Emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) em nome do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal, criada pela Lei nº 11.516/2007, com sede na EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste, com jurisdição em todo território nacional, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0002-75, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato, com recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) na(s) seguinte(s) Unidade(s):
 - Estação Ecológica Guanabara - RJ, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0025-61;
 - Estação Ecológica Maracá Jipioca - AP, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0028-04;
 - Estação Ecológica Tupiniquins – SP, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0015-90;
 - Floresta Nacional do Jamari – RO, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0020-57;
 - Parque Nacional Chapada dos Veadeiros – GO, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0014-09;
 - Parque Nacional da Serra da Canastra – MG, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0031-00;
 - Parque Nacional da Serra das Confusões – PI, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0026-42;
 - Parque Nacional da Serra do Gandarela – MG, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0031-00;
 - Parque Nacional de Fumaça – RN, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0036-14;
 - Parque Nacional de Itatiaia – RJ, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0009-41;
 - Parque Nacional Jericócoara – CE, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0035-33;
 - Parque Nacional Lençóis Maranhenses – MA, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0022-19;
 - Parque Nacional Superagui - PR, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0012-47;
 - Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0027-23;
 - Reserva Biológica Bom Jesus – PR, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0012-47;
 - Reserva Biológica Comboios – ES, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0033-71;

- Reserva Biológica União – RJ, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0025-61;
 - Refúgio de Vida Silvestre Santa Cruz -ES, inscrita no CNPJ nº 08.829.974/0033-71.
 - Descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como o local de entrega dos itens, conforme descrito no Termo de Referência.
 - No campo do Documento Fiscal que verse sobre Informações Complementares, identificar que as aquisições ou serviços foram contratados tendo como disponibilidades orçamentárias as previsões contidas no Planejamento Anual de Execuções – PAE 2019, 2020 e 2021 do Fundo de Compensação Ambiental – FCA, CNPJ: 32.449.898/0001-76, com base no que preconiza a Portaria MMA/ICMBio nº 1.039 de 29 de novembro de 2018, considerando o art. 14-A da Lei nº 11.516/2007, com redação dada pela Lei nº 13.668/2018.
- c) Se necessário, pela natureza e local de entrega do objeto ou em razão do endereço da sede da CONTRATADA, a CONTRATANTE pode solicitar à CONTRATADA que preencha a Nota Fiscal com os dados da filial do ICMBio e seu respectivo CNPJ.
- d) O documento fiscal não aprovado pela CONTRATANTE ou não atestado pelo ICMBio será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CONTRATANTE ou não atestado pelo ICMBio, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ESPECÍFICAS AO OBJETO.

São obrigações do fornecedor:

I - Efetuar a entrega nos endereços constantes do Instrumento Contratual no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua emissão. Cumprir, ainda, as obrigações constantes da Lei nº 13.303/2016 e as definidas pela Gerência Executiva de Governo – GIGOV.

II - Obedecer rigorosamente ao prazo e locais de entrega de acordo com os procedimentos dispostos no Termo de Referência.

III - Comunicar antecipadamente a data da entrega.

IV - Dar ciência à CONTRATANTE, por escrito e formalizado, em 24 (vinte e quatro) horas, sobre quaisquer problemas, se houver, relativos ao atraso na entrega dos bens, sem prejuízo de aplicação de penalidades administrativas.

V - Em razão de eventuais alterações estruturais na CONTRATANTE ou no ICMBio, poderá haver modificações nos locais de entrega de material já solicitado, caso em que a CONTRATADA será notificada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da entrega, a promover as mudanças necessárias.

VI - Fornecer somente equipamentos novos, não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos reutilizados ou reconicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas no Termo de Referência.

VII - Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, os equipamentos que não estiverem de acordo com as especificações, bem como os que apresentarem defeitos ou avarias resultantes do transporte ou manuseio até a entrega no destino, sem prejuízo para a garantia dos mesmos, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

VIII - Cumprir com o máximo rigor todas as disposições constantes do Edital de Contratação e Anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida.

IX - Prestar garantia de no mínimo 12 (doze) meses dos equipamentos fornecidos, na forma prevista no Termo de Referência.

X - Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome, produto fornecido, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número do Edital, número e data do Contrato/OFS e o nome da fornecedora/fabricante.

XI - Entregar os equipamentos em embalagens de alta resistência para transporte e armazenamento.

XII - A entrega do produto deverá ser comunicada pelo e-mail endereço eletrônico gigovbh10@caixa.gov.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para entrega, cuja mensagem deverá conter as informações relativas à data de despacho, número da nota fiscal, nome da transportadora e data prevista para a chegada do material ao destino e o número da ordem de fornecimento que originou o pedido.

XIII - Não serão aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

XIV - A propriedade do bem deverá constar em nome do ICMBio.

XV - Não é permitida a subcontratação para o fornecimento dos bens objeto deste Termo de Referência.

11. REAJUSTE

É admitido o reajuste de preços do contrato, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

No primeiro reajuste, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data-limite para entrega das propostas. Nos reajustes subsequentes, a anualidade será contada da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste deverá ser solicitado dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito, caso contrário os efeitos do reajuste serão a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não solicitação no período determinado.

Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de reajuste dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.

O reajuste será realizado por apostilamento.

12. GRAU DE CRITICIDADE - MÍNIMO

A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).

A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.

A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.